

ESTUDO TÉCNICO

N.º 06/2012

Evolução da renda e da desigualdade –
Comparação entre os Censos de 2000 e 2010

MDS

SAAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 3433 1501

Estudo Técnico

No. 06/2012

Evolução da renda e da desigualdade – Comparação entre os Censos de 2000 e 2010.

Técnico responsável

Luciano Oliva Patrício

Revisão

Paulo Jannuzzi

Joana Akiyo Nemoto

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Renda; desigualdade; comparação 2000 X 2010.*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

Este Estudo Técnico dá seqüência à série de análises derivadas dos micro-dados da amostra do Censo de 2010. O objetivo é comparar a evolução da renda declarada e dos padrões de distribuição e apropriação.

São analisadas a renda per capita domiciliar de todos os representados nas amostras de cada um dos censos, os índices de Gini e a distribuição da renda declarada por grandes regiões e cortes econômicos.

1. Notas Metodológicas

Os cálculos e estimativas apresentados neste Estudo Técnico utilizam a metodologia adotada para classificação dos habitantes em pobres e extremamente pobres no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria.

Esta metodologia dá tratamento aos registros em que a renda domiciliar per capita constante da variável específica em cada Censo é zero, excluindo os casos em que é possível presumir que a ausência absoluta de renda seja circunstancial. Tal procedimento exclui do cômputo 1.934.015 pessoas no Censo de 2000, e 3.041.129 pessoas no Censo de 2010. As estimativas de fecundidade apresentadas no Estudo Técnico SAGI nº 04/2012 demonstram que, de fato, embora não seja possível imputar uma renda domiciliar per capita a estes contingentes, o comportamento dos mesmos não se assemelha a dos extremamente pobres, confirmando o acerto metodológico de sua exclusão.

Adicionalmente ao tratamento nos termos da Nota Técnica que embasou o Programa Brasil sem Miséria, considerando que ainda não estão disponíveis os dados referentes à renda familiar per capita no Censo de 2010, é necessário segregar em cada domicílio os moradores classificados como “pensionistas”, “empregados domésticos residentes”, e seus respectivos agregados, de molde a não lhes imputar a renda domiciliar per capita do domicílio.

Todas as rendas per capita domiciliares referentes ao Censo de 2000 são corrigidas para R\$ de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Este exercício está sujeito a enormes incertezas decorrentes da forma de apuração da renda nas pesquisas domiciliares.

Não constitui novidade o questionamento sobre a qualidade da informação sobre a renda nas pesquisas domiciliares. São notórias as dificuldades encontradas pelo IBGE para realizar as entrevistas em setores censitários de alta renda. Municípios

como Manaus chegam a ter prejuízos na distribuição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM em virtude da recusa de moradores dos bairros mais ricos a receber os recenseadores. Tais dificuldades decorrem em parte do receio de se expor a situações de violência, mas também da intenção de ocultar sinais exteriores de riqueza.

No outro extremo do espectro de renda, a simples leitura do questionário aplicado na amostra dos censos dá uma boa medida da complexidade das questões formuladas em entrevistas de poucos minutos, sem que o informante tenha em mãos as informações necessárias à correta resposta. Ainda que abstraído qualquer interesse em fraudar as respostas, em muitos casos o informante simplesmente não sabe a renda de cada um dos membros do domicílio, especialmente quando não se trata de salário fixo.

Também na aferição da renda decorrente da remuneração do capital são captadas informações aproximadas com baixo grau de precisão. Seguramente o valor da renda de aplicações financeiras captado pelo censo não coincide nem vagamente com o efetivamente pago pelas fontes pagadoras.

A estas dificuldades soma-se o interesse em se enquadrar ou se manter enquadrado nas normas dos programas de transferência de renda. Trata-se do fenômeno eufemisticamente chamado de “declaração instrumental”, onde o entrevistado se autodeclara da maneira mais conveniente para seus próprios interesses.

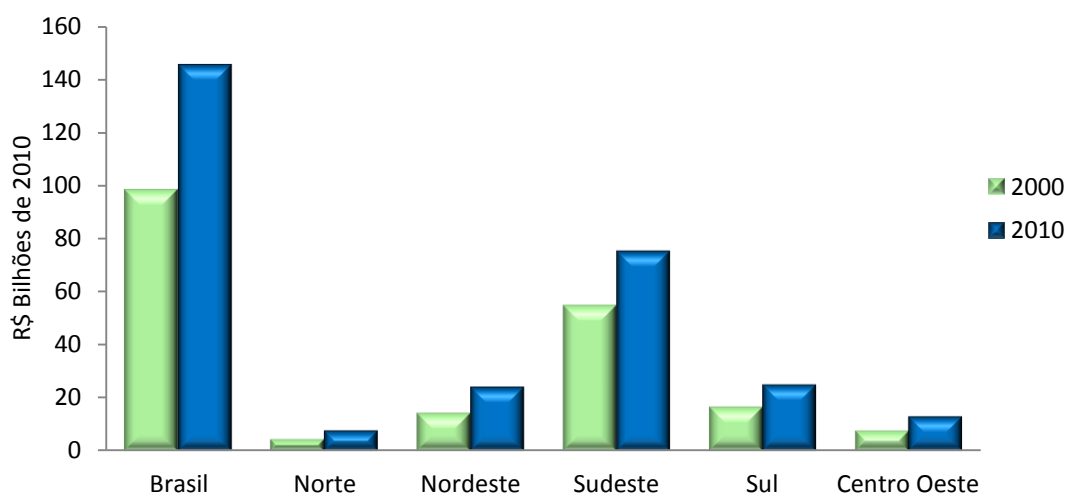
Ao final deste Estudo Técnico apresenta-se um anexo com o detalhamento das técnicas utilizadas para as estimativas de apropriação de renda por decil e centil da população.

2. Geração de Renda e concentração regional.

A primeira análise relevante vem a ser a evolução da renda gerada, ou, pelo menos da renda declarada. A comparação entre os montantes de renda declarada nos dois Censos revela um crescimento bastante expressivo durante a década, conforme se observa no Gráfico 1.

Este crescimento foi registrado em todas as grandes regiões. Não é apropriado comparar estas variações com o crescimento real do PIB na década em virtude de diferenças entre o INPC e o Deflator Implícito utilizado no cálculo daquele indicador.

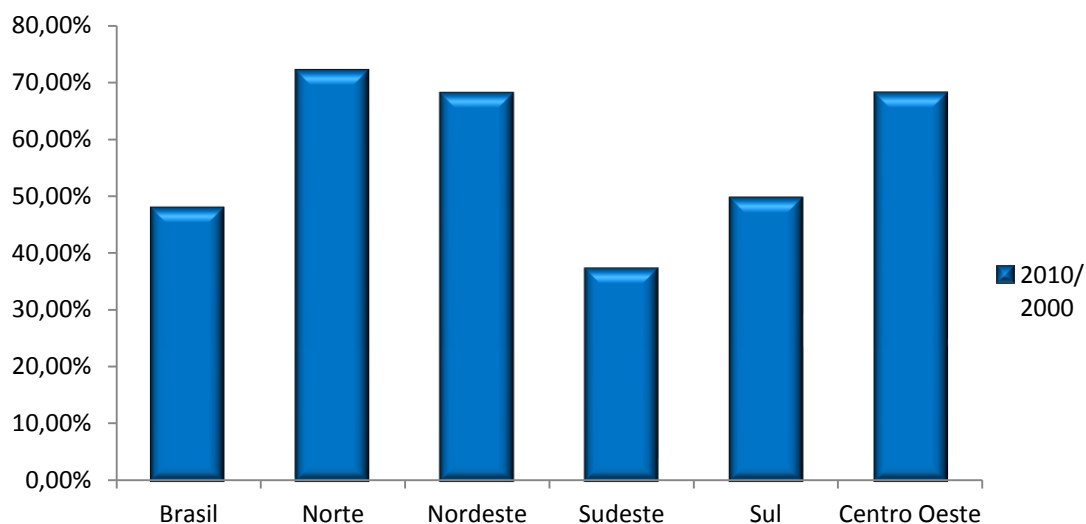
Gráfico 1
Renda Total Declarada



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

O Gráfico 2 mostra a magnitude do crescimento real da renda declarada por região.

Gráfico 2
Crescimento real da Renda Declarada - 2000 a 2010

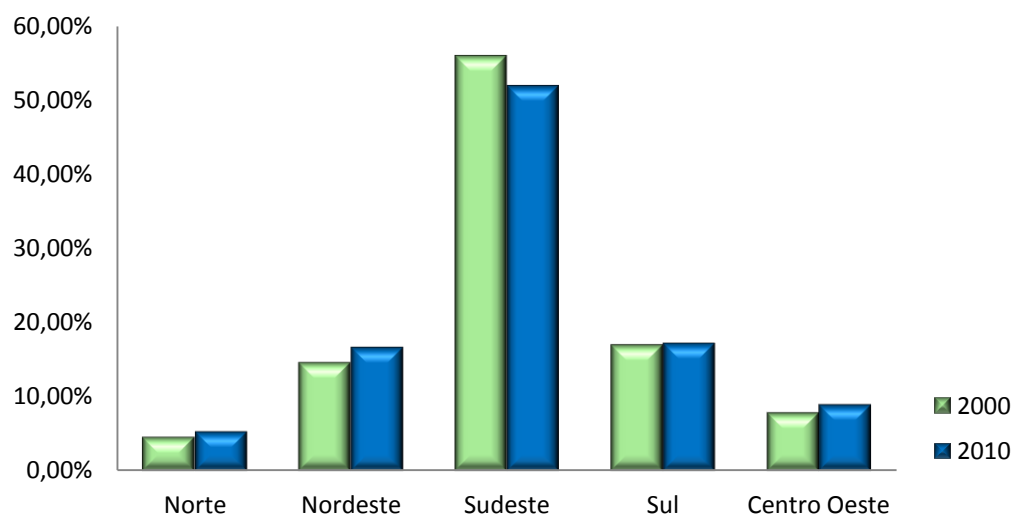


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

Como se observa, foi nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste que se registraram os maiores crescimentos, o que contribuiu para uma discreta desconcentração da apropriação de renda por região, fenômeno este ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3.

Participação da Região na Renda Declarada



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

3. Desigualdade de renda.

Além da comparação entre as regiões, também é relevante focar a questão sob o prisma da desigualdade entre ricos e pobres, ou entre pobres e não pobres.

A medida sintética mais utilizada para demonstrar a concentração de renda vem a ser o Índice de Gini. A Tabela 1 mostra a evolução deste indicador entre 2000 e 2010, com números calculados pelo IBGE.

Tabela 1

Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento (Índice)

Brasil, Região e UF	Situação do domicílio	2000	2010	2010-2000	2010/2000
Brasil	Total	0,611	0,525	-0,086	-14,08%
	Urbana	0,605	0,520	-0,085	-14,05%
	Rural	0,529	0,450	-0,079	-14,93%
Norte	Total	0,598	0,525	-0,073	-12,21%
	Urbana	0,603	0,520	-0,083	-13,76%
	Rural	0,522	0,463	-0,059	-11,30%
Rondônia	Total	0,588	0,489	-0,099	-16,84%
Acre	Total	0,580	0,524	-0,056	-9,66%
Amazonas	Total	0,592	0,538	-0,054	-9,12%
Roraima	Total	0,569	0,535	-0,034	-5,98%
Pará	Total	0,601	0,518	-0,083	-13,81%
Amapá	Total	0,583	0,536	-0,047	-8,06%
Tocantins	Total	0,608	0,529	-0,079	-12,99%

Nordeste	Total	0,605	0,530	-0,075	-12,40%
	Urbana	0,612	0,530	-0,082	-13,40%
	Rural	0,429	0,413	-0,016	-3,73%
Maranhão	Total	0,593	0,521	-0,072	-12,14%
Piauí	Total	0,603	0,536	-0,067	-11,11%
Ceará	Total	0,614	0,528	-0,086	-14,01%
Rio Grande do Norte	Total	0,597	0,531	-0,066	-11,06%
Paraíba	Total	0,586	0,530	-0,056	-9,56%
Pernambuco	Total	0,611	0,530	-0,081	-13,26%
Alagoas	Total	0,605	0,529	-0,076	-12,56%
Sergipe	Total	0,607	0,543	-0,064	-10,54%
Bahia	Total	0,602	0,526	-0,076	-12,62%
Sudeste	Total	0,592	0,511	-0,081	-13,68%
	Urbana	0,589	0,510	-0,079	-13,41%
	Rural	0,528	0,417	-0,111	-21,02%
Minas Gerais	Total	0,599	0,494	-0,105	-17,53%
Espírito Santo	Total	0,598	0,506	-0,092	-15,38%
Rio de Janeiro	Total	0,590	0,530	-0,060	-10,17%
São Paulo	Total	0,578	0,502	-0,076	-13,15%
Sul	Total	0,585	0,480	-0,105	-17,95%
	Urbana	0,583	0,480	-0,103	-17,67%
	Rural	0,530	0,427	-0,103	-19,43%
Paraná	Total	0,599	0,486	-0,113	-18,86%
Santa Catarina	Total	0,568	0,454	-0,114	-20,07%
Rio Grande do Sul	Total	0,581	0,489	-0,092	-15,83%
Centro-Oeste	Total	0,633	0,543	-0,090	-14,22%
	Urbana	0,634	0,545	-0,089	-14,04%
	Rural	0,581	0,449	-0,132	-22,72%
Mato Grosso do Sul	Total	0,616	0,508	-0,108	-17,53%
Mato Grosso	Total	0,611	0,485	-0,126	-20,62%
Goiás	Total	0,611	0,495	-0,116	-18,99%
Distrito Federal	Total	0,630	0,591	-0,039	-6,19%

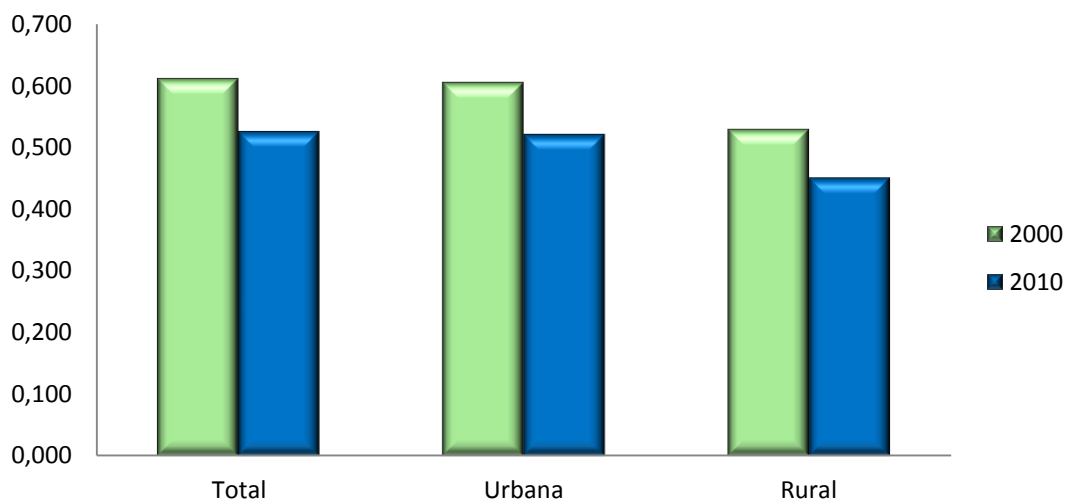
Fonte: Fundação IBGE; Elaboração própria.

Como se observa, a redução do Índice de Gini, ainda que generalizada, apresenta diferenças bastante significativas entre estados e regiões. Pela primeira vez desde a adoção deste índice, as regiões Sudeste e Sul atingiram valores inferiores a 0,5, o que reforça a sua posição de liderança no processo de desconcentração da renda.

O Gráfico 4 mostra a representação visual da evolução do Índice de Gini entre 2000 e 2010.

Gráfico 4.

Índice de Gini - Brasil - 2000 e 2010

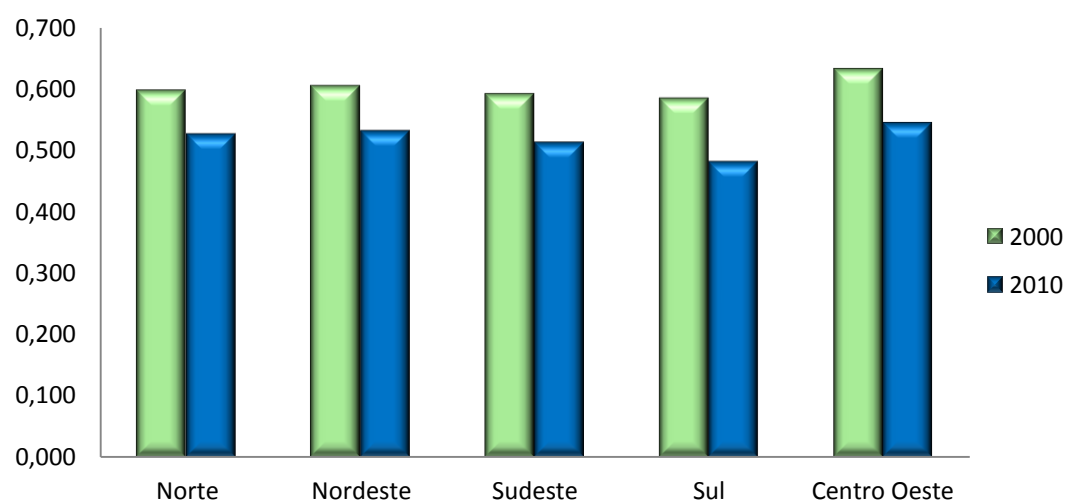


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

O Gráfico 5 mostra as variações por grandes regiões. Ainda que estejam disponíveis os índices por estado desagregados em urbano e rural, os mesmos não são apresentados devido à baixa representatividade da população rural na maioria dos estados.

Gráfico 5

Índice de Gini por Região - 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

4. Apropriação da renda por pobres e ricos.

Outro indicador relevante da desigualdade de renda nas populações vem a ser a comparação entre os percentuais da renda total apropriadas pelos vários extratos populacionais, classificados por ordem de renda domiciliar per capita. A Tabela 2, apresentada a seguir, resulta de um cálculo dos percentuais de apropriação da renda total por decil de população. Considerando que o último decil ainda concentra mais de 50% da renda em quase todas as situações, desagregou-se o mesmo em cinco subgrupos, cada um dos quais representando 2% da população. Também se apresentam, na parte inferior da tabela, as variações absolutas entre 2000 e 2010.

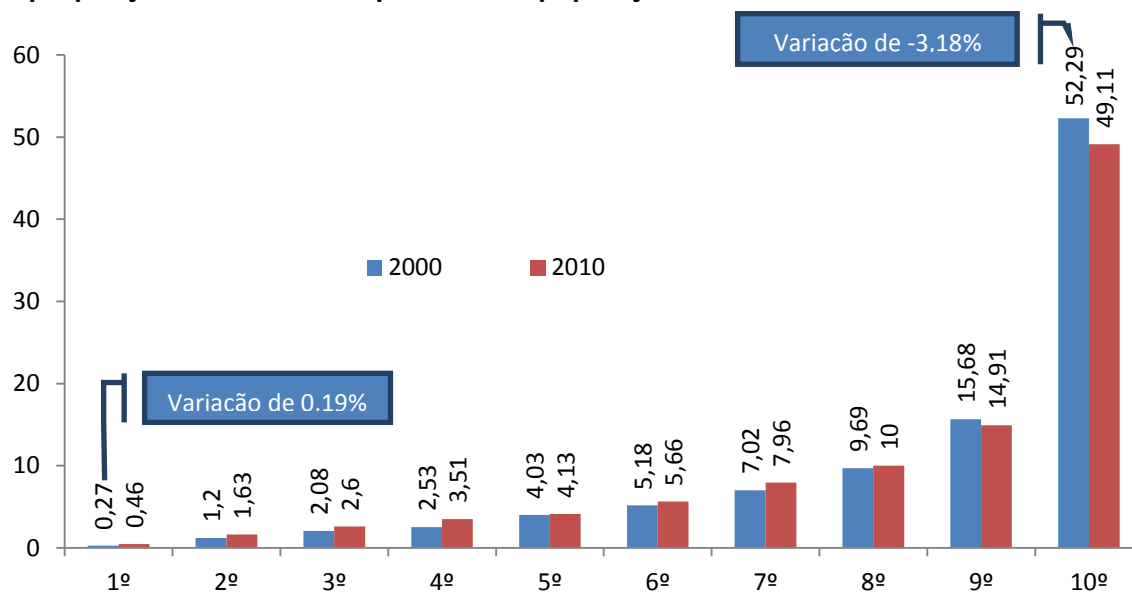
Tabela 2

Apropriação da Renda Total por decil da população e variação intercensitária.

	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Decil de População	1º	0,27%	0,46%	0,13%	0,14%	0,10%	0,34%	0,55%	0,92%	0,69%	1,12%	0,59%	0,75%
	2º	1,20%	1,63%	1,25%	1,18%	1,10%	1,31%	1,83%	1,96%	1,94%	2,49%	1,59%	1,95%
	3º	2,08%	2,60%	2,00%	2,27%	1,95%	2,39%	2,50%	3,08%	2,70%	3,46%	2,28%	2,64%
	4º	2,53%	3,51%	2,88%	3,24%	2,31%	3,37%	2,87%	3,87%	3,62%	4,47%	2,84%	3,73%
	5º	4,03%	4,13%	3,91%	4,17%	4,20%	4,37%	4,74%	4,36%	4,33%	5,41%	3,50%	4,50%
	6º	5,18%	5,66%	5,02%	5,75%	4,92%	5,64%	5,42%	6,35%	5,77%	6,61%	5,19%	5,49%
	7º	7,02%	7,96%	6,74%	7,42%	6,45%	7,11%	7,21%	6,85%	7,60%	8,16%	6,40%	6,56%
	8º	9,69%	10,00%	9,31%	10,00%	8,85%	7,54%	10,04%	9,93%	10,16%	10,44%	8,88%	9,81%
	9º	15,68%	14,91%	14,89%	14,61%	13,43%	16,39%	15,88%	14,97%	15,67%	14,90%	14,92%	14,76%
	10º	52,29%	49,11%	53,87%	51,21%	56,69%	51,52%	48,96%	47,65%	47,53%	42,76%	53,79%	49,82%
Variação da apropriação de renda (2010 - 2000)	92º	4,60%	4,15%	4,39%	4,64%	4,91%	4,07%	4,22%	4,23%	4,54%	2,87%	4,45%	4,26%
	94º	5,50%	5,06%	5,36%	4,79%	5,32%	4,86%	5,93%	4,83%	5,39%	5,99%	5,67%	5,30%
	96º	7,16%	6,63%	6,89%	6,77%	7,07%	6,40%	6,92%	6,25%	6,64%	5,91%	7,23%	6,70%
	98º	10,37%	9,11%	9,90%	9,11%	10,57%	9,52%	9,57%	9,09%	9,25%	7,99%	10,24%	9,51%
	100º	24,67%	24,17%	27,32%	25,90%	28,82%	26,66%	22,33%	23,26%	21,71%	20,00%	26,20%	24,06%
	1º		0,19%		0,00%		0,23%		0,37%		0,43%		0,16%
	2º		0,43%		-0,06%		0,21%		0,13%		0,55%		0,35%
	3º		0,52%		0,27%		0,43%		0,58%		0,76%		0,35%
	4º		0,98%		0,36%		1,06%		1,00%		0,85%		0,89%
	5º		0,10%		0,25%		0,17%		-0,38%		1,08%		1,00%
6º		0,47%		0,73%		0,72%		0,94%		0,85%		0,30%	
7º		0,94%		0,68%		0,66%		-0,36%		0,57%		0,15%	
8º		0,30%		0,69%		-1,31%		-0,11%		0,28%		0,92%	
9º		-0,76%		-0,27%		2,96%		-0,91%		-0,77%		-0,16%	
10º		-3,18%		-2,66%		-5,17%		-1,31%		-4,77%		-3,97%	
92º		-0,45%		0,25%		-0,83%		0,01%		-1,67%		-0,19%	
94º		-0,44%		-0,58%		-0,46%		-1,09%		0,60%		-0,37%	
96º		-0,52%		-0,12%		-0,67%		-0,67%		-0,73%		-0,53%	
98º		-1,27%		-0,80%		-1,05%		-0,48%		-1,25%		-0,73%	
100º		-0,50%		-1,42%		-2,16%		0,93%		-1,71%		-2,14%	

Gráfico 6

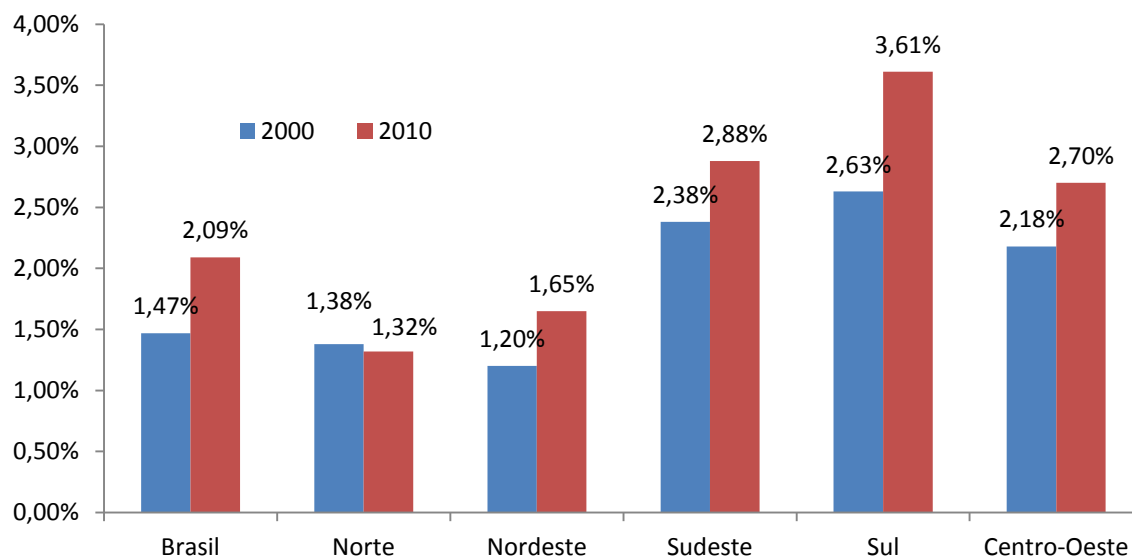
Apropriação da renda total por decil da população brasileira em 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

Gráfico 7

Apropriação da renda total dos 20% mais pobres no Brasil e Grandes Regiões entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

Como se observa, a despeito dos enormes avanços na redução dos contingentes de pobres e extremamente pobres, e também do Índice de Gini, a apropriação da renda pelos mais 10% mais ricos ainda se mantém próxima de 50%,

sendo que metade deste percentual cabe aos 2% mais ricos. De outra parte, a renda apropriada pelos 10% mais pobres ainda não atingiu 0,5% em termos agregados, e somente ultrapassou a barreira de 1,0% na Região Sul no Censo de 2010. Resta, pois, um longo caminho a ser percorrido em termos de melhoria da distribuição de renda no país.